



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CONANDA**

**195ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**26 DE MAIO DE 2011**

**ATA**

1 Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na Sala de  
2 Conferências do 10º andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos  
3 Humanos/SDH, situado no Setor Comercial Sul – Bloco B, Quadra 09 Lote C,  
4 Edifício Parque Cidade Corporate Torre A, em Brasília/DF, reuniu-se o Conselho  
5 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA em sua 195ª  
6 Assembleia ordinária, sob a Presidência da Sra. Miriam Maria José dos Santos.  
7 **Presentes.** A Ministra Maria do Rosário, *Ministra de Estado Chefe da Secretaria de*  
8 *Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente do CONANDA*, Sra.  
9 Miriam Maria José dos Santos – *Vice Presidente do CONANDA*; Sra. Maria de  
10 Lourdes Magalhães – *Suplente do Ministério da Saúde*; Sr. Fabio Feitosa da Silva –  
11 *Titular da União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE*; Sr. Andrea Franzini –  
12 *Titular da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*; Sra. Glícia Thais  
13 Salmeron de Miranda - *Titular/Ordem dos Advogados do Brasil*; Sra. Alessandra  
14 Marco Francoes – *Suplente/Criança Segura*; Sra. Paula Passos Fernandes de  
15 Carvalho - *Suplente/Fundação Orsa*; Sr. Jose Rubens do Amaral Zaitune –  
16 *Suplente/Sociedade Brasileira de Pediatria*; Sra. Iralda Cassol Pereira –  
17 *Titular/Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho*; Sr. Adriano de Britos –  
18 *Titular/Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços*; Sra. Suely de  
19 Mattos Felipe Alves – *Suplente/Associação Brasileira de Autismo*; Sr. Alexandre  
20 Cruz de Oliveira – *Titular/Aldeias Infantis/SOS Brasil*; Sra. Thalita – *Adolescente*  
21 *Centro Salesiano do Menor/CESAM*; Sra. Aracélia Lúcia Costa – *Titular/Federação*  
22 *Nacional das APAE's – FENAPAES*; Sra. Maristela Cizeski – *Titular/Pastoral da*  
23 *Criança*; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi – *Titular da Casa Civil da Presidência da*  
24 *República*; Sra. Juliana de Moura Gomes – *Suplente do Ministério das Relações*  
25 *Exteriores*; Sra. Lilian Cordeiro Prates – *Secretaria Executiva do CONANDA*; Sra.

26 Paula Rosa – *Rede ANDI Brasil*; Sra. Helô Salvatore – *CMDCA/SP*; Sra. Susana  
27 Vasconcelos Dias – *CMDCA/SP*; Sr. Geraldo Salvador – *Instituto Viva Melhor*; Sra.  
28 Raquel – *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*; Sra. Joana – *Instituto de*  
29 *Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*; Sr. Joaquim Proença – *IBEST*; Sra. Salete  
30 Valesan Camba – *Suplente da Secretaria de Direitos Humanos*; Sr. Alexandre Cruz  
31 de Oliveira – *Titular/Aldeias Infantis SOS/Brasil*; Sr. Fabio Meirrelles Thardman de  
32 Castro – *Suplente do Ministério da Educação – MEC*; Sr. Junior, *CMDCA/SP*.

33 **Abertura.** Verificada a existência de quórum, a Vice-Presidenta Miriam Maria José  
34 dos Santos iniciou a assembleia com um minuto de silêncio em homenagem falecido  
35 ex-conselheiro tutelar João Neto, membro integrante do Fórum Nacional de  
36 Conselheiros Tutelares. Agradeceu a presença de todos e fez a leitura da pauta do  
37 dia. A Sra. Maria de Lourdes Magalhães solicitou que o primeiro ponto de pauta da  
38 tarde fosse o relato da Comissão de Políticas Públicas/PPP. Em seguida, a Sra.  
39 Miriam Maria José dos Santos passou a palavra à Presidenta do Conselho, Ministra  
40 Maria do Rosário, que agradeceu a presença de todos e anunciou que dividiria a  
41 coordenação da reunião com a Vice-Presidenta e que esta conduziria a maior parte  
42 dos trabalhos, visto que a agenda de Governo era intensa. Informou que a  
43 Secretaria de Direitos Humanos/SDH estava reforçando vários aspectos do Plano  
44 Nacional Primeira Infância e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e  
45 Adolescentes. Ressaltou a importância da interação do CONANDA com outros  
46 Conselhos, especialmente o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa  
47 Humana/CDDPH. Solicitou que os conselheiros estivessem presentes na análise da  
48 situação das usinas hidrelétricas de Jiral e Santo Antônio, onde eram recorrentes os  
49 problemas de exploração sexual, trabalho escravo e violências em geral. Por  
50 derradeiro, agradeceu a atenção de todos. Na sequência, a Vice-Presidenta Miriam  
51 Maria José dos Santos informou a presença da adolescente Thalita, integrante da  
52 Comissão Organizadora da 9ª Conferência e solicitou que todos os conselheiros se  
53 apresentassem. **Relato da Comissão da 9ª Conferência.** O Conselheiro Andrea  
54 Franzini informou que fora realizado entre os dias 18 e 21 de maio do corrente ano o  
55 encontro com os adolescentes com o objetivo de articulação dos mesmos dentro do  
56 contexto da 9ª Conferência e a Comissão utilizou como documento base o texto  
57 orientador da 8ª Conferência, que sofreu ajustes a fim de suprir as demandas da  
58 próxima conferência. Solicitou que o CONANDA aprovasse o objetivo geral e  
59 específico da Conferência, além da proposta de Resolução que dispunha sobre a  
60 participação dos adolescentes nas comissões organizadoras em todas as esferas  
61 governamentais, nacional, estadual, distrital e municipal e a participação do

62 CONANDA nas Conferências Livres e, por fim, a organização das Comissões.  
63 Seguindo, destacou o tema da 9ª Conferência aprovado na plenária anterior, o qual  
64 seria *Mobilizar, Implementar e Monitorar o Plano Decenal a partir do Pacto*  
65 *Federativo*. Após, cedeu a palavra ao Conselheiro Fabio Feitosa da Silva, que  
66 apresentou o objetivo geral e o específico da Conferência. Com isto, a Vice-  
67 Presidenta Miriam Maria José dos Santos colocou a proposta de objetivo geral da 9ª  
68 Conferência em votação, a qual foi aprovada. A Conselheira. Maria de Lourdes  
69 Magalhães ponderou que os objetivos específicos precisavam estar alinhados com o  
70 objetivo geral, porque somente analisar os desafios e avanços não atingiria o  
71 objetivo específico. Com tanto, a Vice-Presidenta Miriam Maria José dos Santos  
72 propôs que para o primeiro objetivo específico fosse retirado um grupo de três  
73 pessoas para elaboração da proposta de redação, visto que não havia entendimento  
74 quanto ao termo “três esferas de Governo” e sugeriu os nomes da Conselheira Maria  
75 de Lourdes Magalhães, do Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira e do Conselheiro  
76 Fabio Feitosa da Silva. Em seguida, dispôs à aprovação o segundo, o terceiro e o  
77 quarto objetivo específico. Antecipadamente considerou aprovado o terceiro objetivo  
78 específico, visto que não havia manifestações contrárias. O Conselheiro Andrea  
79 Franzini sugeriu a retirada do quarto objetivo específico, o que foi acatado pelos  
80 demais. A Vice-Presidenta Miriam Maria José dos Santos sugeriu que o primeiro e  
81 segundo objetivos específicos fossem reescritos pelo grupo de conselheiros  
82 nomeados e que estes voltassem à Plenária para discussão. Após, o Conselheiro  
83 Alexandre Cruz de Oliveira fez o relato das propostas fruto das discussões com os  
84 adolescentes e iniciou a leitura da composição fixa da 9ª Conferência, que seriam 62  
85 delegados, sendo 16 adolescentes, sendo que desses 16, necessariamente um com  
86 deficiência e cinco que contemplassem diversidades, oriundos de comunidades  
87 tradicionais e assentamentos, indígenas, povos das florestas, ciganos, sendo  
88 compreendido pelo menos dois desses grupos. Em seguida, leu o segundo item, que  
89 garantia a paridade na representação da 9ª Conferência: seis conselheiros  
90 municipais de direitos; seis conselheiros tutelares de Municípios diferentes; quatro  
91 conselheiros estaduais dos direitos da criança e do adolescente; quatro  
92 representantes de Conselhos Setoriais Municipais a partir de sua atuação na área  
93 da criança e do adolescente; quatro representantes de Conselhos Setoriais  
94 Estaduais, educação, saúde, assistência social e o quarto definido pelo Conselho  
95 Estadual a partir de sua atuação; três representantes de órgãos municipais de  
96 políticas de atendimento de criança e do adolescente; três representantes de órgãos  
97 estaduais de políticas de atendimento de crianças e adolescentes; dois

98 representantes de entidades de promoção, proteção, defesa e controle de direitos de  
99 crianças e adolescentes; dois representantes do Fórum Estadual dos Direitos da  
100 Criança e do Adolescente; dois representantes de universidades, desde que  
101 vinculados aos núcleos de extensão, estudos e pesquisa sobre violência ou criança  
102 e adolescente; um promotor de justiça da infância e da juventude; um defensor  
103 público ou dativo da infância, que atue na Vara, nas Varas da Infância e da  
104 Juventude; um delegado titular da Delegacia Especializada de Criança e  
105 Adolescência, de proteção ou apuração de ato infracional; um profissional de  
106 educação, preferencialmente professor ou professora da educação básica; um  
107 parlamentar municipal; um parlamentar estadual e um parlamentar distrital da Frente  
108 de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ou na sua ausência um  
109 representante da Comissão de Direitos Humanos; um profissional de saúde com  
110 atuação direta com crianças e adolescentes; um profissional de assistência social  
111 com atuação direta com criança e adolescente; um representante dos cidadãos. Isto  
112 posto, foi consenso o texto, porém, com o pedido de inclusão de defensores dativos  
113 e retirada da representação dos cidadãos. Após, fez a leitura do número de  
114 delegados por Município: Até 50 Municípios acrescentam-se mais dois delegados  
115 adultos e dois delegados adolescentes. De 51 Municípios até 100 acrescentam-se  
116 mais quatro delegados adultos e quatro delegados adolescentes, de 101 Municípios  
117 a 200 Municípios acrescentam-se mais oito delegados adultos e oito delegados  
118 adolescentes, de 201 a 300 Municípios acrescentam-se mais 16 delegados adultos e  
119 16 delegados adolescentes, com mais de 300 Municípios acrescentam-se mais 32  
120 delegados adultos e 32 delegados adolescentes. As vagas acrescidas para  
121 delegados adultos, pelos critérios adotados em função do número de Municípios de  
122 cada Estado seriam distribuídas proporcionalmente da seguinte forma: 60% para os  
123 conselheiros municipais de direito da criança e do adolescente observada a  
124 paridade; 30% para os conselheiros estaduais, direito da criança e do adolescente  
125 observada a paridade e 10% para os representantes dos fóruns estaduais de direito  
126 de criança e adolescentes. Isto posto, a Vice-Presidenta abriu às considerações dos  
127 demais e, posto em regime de votação, ficou aprovada a redistribuição das vagas  
128 excedentes para Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais e Fóruns de Defesa e  
129 mudança na porcentagem de distribuição das vagas, 70% das vagas para os  
130 Conselheiros Municipais dos Direitos, 20% para os Conselhos Estaduais dos  
131 Direitos e 10% para representantes dos Fóruns Estaduais dos Direitos. Na  
132 sequência, o Conselheiro Andrea Franzini fez a leitura do Processo de Propostas da  
133 Base até a Conferência Nacional. Lembrou que na Conferência anterior a

134 metodologia utilizada era que cada Município enviava para cada eixo duas propostas  
135 por Estado, no total, dez propostas e, para a 9ª Conferência a Comissão propôs a  
136 permanência da mesma metodologia. Propôs também que na Conferência Municipal  
137 os grupos de discussão fossem divididos pelos cinco eixos, seus objetivos e  
138 diretrizes já aprovados. O total então seria para cada Município as cinco propostas  
139 de mobilização, uma para cada diretriz e as cinco propostas de monitoramento,  
140 totalizando quinze propostas, cinco a mais do que da última Conferência. Informou  
141 que a metodologia para o Estado seria a mesma proposta para o Município e que a  
142 partir das ações mobilizadoras discutidas pelos Municípios o Estado teria condição  
143 de trazer para a Conferência Nacional as ações estaduais de mobilização e  
144 implementação do Plano Decenal. Após, a Vice-Presidenta colocou em votação a  
145 proposição da Comissão e esta foi aprovada por unanimidade. Deste modo, o  
146 Conselheiro Andrea Franzini realizou a Leitura da proposta de Resolução do  
147 CONANDA para a metodologia da Conferência, que após as considerações dos  
148 demais conselheiros foi aprovada. Com isso, o Conselheiro informou que as partes  
149 conceituais que os conselheiros prepararam, que tinha a ver com justificativa,  
150 mobilização, implementação e monitoramento, o conteúdo das orientações das  
151 Conferências Livres, tudo iria ser enviado ao e-mail de todos os conselheiros no dia  
152 seguinte e que a proposta de prazo era uma semana para que os conselheiros  
153 lessem e enviassem suas contribuições, portanto, até o dia 03 de junho de 2011. Na  
154 semana seguinte a Comissão se reuniria presencialmente para consolidar todas as  
155 contribuições. Informou também que a Comissão propôs, anexo ao texto,  
156 orientações com os principais planos das políticas públicas de criança e adolescente  
157 como meio de ajudar os conselheiros e os participantes da Conferência.

158 **Representações Externas.** A Vice-Presidenta informou o quadro de representações  
159 externas proposto: Como representantes do CONANDA na Comissão Intersetorial  
160 SINASE o Conselheiro Andrea Franzini na titularidade e a Vice-Presidenta como  
161 suplente; Comissão Intersetorial do Plano Nacional de Convivência Familiar  
162 Comunitária, Sr. Alexandre Cruz de Oliveira titular e a Vice-Presidenta; Comissão  
163 Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescentes,  
164 Conselheira Raimunda Núbia Lopes titular e Conselheira Iralda Cassol Pereira  
165 suplente; Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, A Vice-Presidenta  
166 como titular e o Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira suplente; Acompanhamento  
167 da Comissão Nacional de Política Indigenista, Conselheira Maristela Cizeski titular e  
168 Conselheiro José Rubens do Amaral Zaitune suplente; Grupo Gestor do projeto  
169 Criança e Adolescente Prioridade no Parlamento, Conselheiro Diego Vale de

170 Medeiros titular e Conselheira Maria de Lourdes Magalhães; Articulação  
171 Interconselhos Nacionais da Presidência da República, Vice-Presidenta Miriam  
172 Maria José dos Santos titular e a Conselheira Maristela Cizeski suplente; Comissão  
173 Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil/CONAETI, titular Conselheira  
174 Raimunda Núbia Lopes e Conselheiro Francisco Beto suplente; Fórum Nacional de  
175 Erradicação do Trabalho Infantil, Conselheira Raimunda Núbia Lopes titular e  
176 Conselheiro Francisco Beto, suplente; Fórum Nacional de Saúde Mental de Crianças  
177 e Adolescentes, Conselheira Maria de Lourdes Magalhães titular e Conselheiro  
178 Andrea Franzini suplente; Comissão de Monitoramento do Pacto pela Redução da  
179 Mortalidade Infantil do Ministério da Saúde atual Rede Cegonha, Conselheiro José  
180 Rubens do Amaral Zaitune titular e Conselheira Maristela Cizeski, suplente; Comitê  
181 Nacional de Enfrentamento da Mortalidade Materno Infantil da Saúde, Conselheiro  
182 José Rubens do Amaral Zaitube titular e Conselheira Maria de Lourdes Magalhães  
183 suplente; Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais, Conselheiro  
184 Carlos Nicodemos titular e Conselheiro Adriano de Britos suplente; Rede Nacional  
185 da 1ª Infância, Conselheira Aracélia Lúcia Costa titular, e Conselheira Denise  
186 Rabello de Brito Franco suplente; Fórum Nacional de Aprendizagem, Conselheira  
187 Miriam Maria José dos Santos titular e Conselheira Iralda Cassol pereira suplente;  
188 Fórum do Trabalho Decente: titular Conselheira Raimunda Núbia Lopes Núbia e  
189 suplente o Conselheiro Fabio (MEC). **Aprovação do calendário das Assembleias**  
190 **Ordinárias.** Em seguida, a Vice-Presidenta fez a leitura e subsequente aprovação  
191 das datas das assembleias do CONANDA até o mês de agosto de 2011. Dia 08 de  
192 junho mesa diretora. Plenária agendada para 14, 15 e 16 em Salvador. Dia sete de  
193 Julho, mesa diretora, Plenária dia 20 e 21 de julho. Agosto, mesa diretora 28 de  
194 julho e Plenária 17 e 18 de agosto. **Relato das Comissões. Comissão da Reforma**  
195 **Política.** A Conselheira Iralda Cassol Ferreira informou que não havia nada a ser  
196 deliberado com relação à Comissão e que enviaria aos Conselheiros via e-mail o  
197 material das discussões já ocorridas para que fizessem as observações necessárias.  
198 **Relato das Comissões. Comissão de Políticas Públicas/CPP.** A Conselheira  
199 Maria de Lourdes Magalhães iniciou seu relato informando a discussão de três  
200 pontos fundamentais, o SINASE, Sistema Sócio Educativo, o Plano de  
201 Enfrentamento nas suas propostas de revisão e a questão das metas e ações do  
202 CONANDA que diziam respeito ao Plano Decenal. Solicitou informações sobre a  
203 política do sócioeducativo em meio aberto e fechado para além do Ministério do  
204 Desenvolvimento Social e Secretaria de Direitos Humanos também para o Ministério  
205 da Saúde, para o Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério da

206 Cultura e Ministério da Justiça e estabeleceu um prazo de devolutiva até o dia 10/06.  
207 Informou que a CPP também sugeria a realização de uma reunião extraordinária no  
208 formato de oficina no dia 28 de junho de 2011 para que fosse possível ouvir e  
209 debater com os gestores da política do sócio educativo, também nessa mesma  
210 oficina discutir com órgãos CONJUR, FONAJUVE, CONGEMAS, FONSEAS e  
211 FONACRIAD, entidades que deveriam ser convidadas para aquela oficina  
212 extraordinária. Para essa oficina informou que a CPP solicitava que o suplente da  
213 Comissão pudesse também estar presente na discussão que era o representante da  
214 Sociedade Brasileira de Pediatria. Ainda com relação ao SINASE informou que a  
215 CPP solicitava que fosse oficiado ao MDS o envio da versão preliminar do caderno  
216 de orientações do serviço de L.A e PSC. Quanto à questão das ações do PPA no  
217 que dizia respeito às metas do CONANDA no Plano Decenal, as grandes ações  
218 deviam ser alinhadas com os eixos da Conferência, informou que foi essa uma  
219 definição da Comissão de que era preciso trabalhar alinhados com os eixos, e  
220 objetivo geral da Conferência. Com relação aos princípios e diretrizes do Plano de  
221 Enfrentamento, informou que o que ficara definido era a proposta de criação de um  
222 GT com integrantes do CONANDA e da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à  
223 Violência, que envolvia também o Comitê de Enfretamento, com o objetivo de  
224 discutir as 18 diretrizes do Plano de Enfretamento e ver de que maneira dialogavam  
225 essas diretrizes com as diretrizes do Plano Decenal. A Sra. Miriam Maria José dos  
226 Santos colocou em votação as proposições da CPP de no dia 27/06/11 na parte da  
227 tarde uma proposição da oficina e no dia 28/06/11 a extraordinária o dia inteiro em  
228 que o tema seria o SINASE, o sistema sócio educativo. O que foi aprovado.  
229 **Comissão de Mobilização e Formação/CMF.** A Conselheira Salete Valesan  
230 Camba informou que a pauta da reunião da Comissão no dia anterior teria sido a  
231 questão da pesquisa dos Conselhos, a apresentação do projeto do portal a  
232 assembleia itinerante, a pesquisa do IPEA, o planejamento estratégico da Comissão,  
233 datas dos Seminários Regionais, a população de rua, Seminários da Safernet e a  
234 questão da coordenação da Comissão. Sobre o projeto do portal ponderou que era  
235 preciso aprofundar mais o estudo sobre o projeto e que já havia sido enviado aos  
236 conselheiros por e-mail o esboço do projeto para que os conselheiros pudessem ler,  
237 dar suas contribuições e enviar até dia 10/06/11 para que a Comissão pudesse  
238 deliberar e aprovar em julho. Informou que a Comissão de Mobilização e Informação  
239 havia se encontrado nos dias nove e dez de maio de 2011 para a construção do  
240 planejamento estratégico que não seria apresentado naquela reunião, mas já estava  
241 disponível nos e-mails de todos os conselheiros e que propunha a mesma dinâmica

242 do item anterior, envio de contribuições e sugestões para a Comissão até dia 10 de  
243 junho do corrente ano, a fim de que se pudesse apresentar e deliberar na Plenária  
244 de julho. Sobre as assembleias itinerantes o Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que  
245 após deliberações do CONANDA na última plenária realizou-se uma reunião no  
246 Conselho Estadual e a partir dessas contribuições do CONANDA e também de  
247 algumas alterações que já haviam sido feitas pela mesa diretora a Comissão trazia a  
248 proposta da assembleia itinerante para a Plenária descentralizada. Informou que a  
249 proposta de data era 14 a 16 de junho do corrente ano em Salvador/BH. Informou  
250 que no dia 14 de junho, de dez às treze, como acordado, as visitas institucionais,  
251 tanto na questão do enfrentamento à exploração e ao abuso sexual como também  
252 as medidas sócio educativas e que o Conselho Estadual elencou quatro espaços  
253 para o Conselho visitasse, o CASE Beiru e o CIA que eram Centros de Internação, o  
254 Projeto Viver que trabalhava com acompanhamento e enfrentamento ao abuso  
255 sexual e o Centro Integrado que trabalhava com a questão do processo de medidas  
256 sócio educativas. De quinze horas às dezoito horas reunião das Comissões. E de  
257 dezoito às dezenove e trinta, por solicitação do Conselho Estadual da Bahia, uma  
258 reunião fechada entre Conselho Estadual e Conselho Nacional para que se pudesse  
259 tratar de assuntos pertinentes à questão dos Conselhos. Informou que para o dia 15  
260 de junho a proposta de pauta era ter pela manhã a audiência pública que tinha como  
261 tema foco da assembleia itinerante, enfrentamento ao abuso e exploração sexual  
262 contra crianças e adolescentes. Informou que as instituições e pessoas convidadas  
263 para participarem da audiência pública seriam CONANDA que faria a abertura da  
264 audiência pública, o Conselho Estadual que teria fala dando uma abordagem na  
265 questão internacional, a questão do enfrentamento ao abuso e exploração sexual, o  
266 governador com direito à fala, a Associação Nacional dos Conselhos Tutelares com  
267 fala, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social, também com  
268 fala; o juiz da Vara da Infância, Defensoria Pública, a Senadora do Estado da Bahia  
269 Sra. Lídice, o Sr. Caetano um especialista na área, um representante da polícia  
270 militar e civil, da Segurança Pública, Ministério Público do Estado, o Conselho  
271 Estadual de Assistência Social, a Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos  
272 Humanos, a Polícia Rodoviária Federal, o PB, SECOPA que era a Secretaria da  
273 Copa que estava discutindo a questão da Copa 2014, A SEC, Secretaria de Cultura  
274 que estava ligada à questão de 2014, o Fórum Nacional DCA, a Associação  
275 Brasileira dos Hotéis e a Agência de Viagem, a ADAF, a ALP. Ponderou que a  
276 garantia de todas as pessoas na mesa dependeria do cerimonial do governador e  
277 que essa seria uma discussão que teria que ser feita com o Governo do Estado da



278 Bahia. O Sr. Marco Antônio da Silva Souza ponderou que era muito importante a  
279 presença dos órgãos estaduais, porém também era essencial que houvesse a  
280 participação também da sociedade civil na audiência pública. Ressaltou ainda que  
281 não concordava que o cerimonial fosse do Governo da Bahia que determinasse a  
282 composição da mesa, apesar de seu papel estratégico importante e que a  
283 deliberação teria que ser em conjunto. A Sra. Miriam Maria José dos Santos  
284 ponderou que era de suma importância a presença na audiência pública do Fórum  
285 de Combate ao Trabalho Infantil da Bahia, e uma representação do PAIR, Programa  
286 de Atenção e Enfrentamento ao Trabalho Infantil visto que a exploração sexual era  
287 uma das piores formas de trabalho infantil, estava elencada na lista típica e o  
288 CONANDA ajudou a elaborar e fez toda a articulação para que o presidente Lula  
289 assinasse como Decreto. Foi consensuado que teriam participação na mesa da  
290 assembleia representando os três poderes com direito a fala o CONANDA, Conselho  
291 Estadual, Comitê Nacional, o Governador, o Juiz da Infância ou representante do  
292 Tribunal de Justiça, a Senadora do Estado da Bahia Sra. Lídice, o Fórum de  
293 Combate ao Trabalho Infantil e o Sr. Caetano. Cada um com o tempo máximo de  
294 cinco minutos para exposição. Também foi consenso os horários da assembleia  
295 itinerante, de doze e trinta às quatorze horas almoço, de quatorze às dezesseis e  
296 trinta o tema do enfrentamento ao abuso e exploração sexual, com apresentação do  
297 EQUIPAT, Comitê Estadual, Secretaria da COPA, Associação Brasileira de Hotéis, o  
298 Fórum Estadual DCA e uma assessoria que precisaria ainda ser deliberada pelo  
299 Conselho. Foi proposto pela Sra. Miriam Maria José dos Santos para a plenária o  
300 tempo máximo de 60 minutos e foi aprovado. Para o dia 16 foi acordado como  
301 pauta: Das nove às doze horas a plenária para as deliberações, assinatura do pacto  
302 e a carta da Bahia que deveria ser assinada. A Sra. Maristela Cizeski sugeriu que  
303 incluíssem a ABMP na mesa para contemplar o Ministério Público, consultar o  
304 Estado, passar para os conselheiros a proposição e depois fechar a Normativa.  
305 **Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar/CDH.** A relatora da  
306 Comissão informou que a Comissão recebeu o projeto promovendo a proteção aos  
307 direitos das crianças e adolescentes que já havia sido apresentado e discutido; e  
308 que foram definidas as cidades onde aconteceriam os seminários e que as cidades  
309 foram escolhidas observando um pouco a questão da copa. Informou que as cidades  
310 eram. Salvador Recife, Curitiba, Osasco e Campinas, Manaus, Brasília, João  
311 Pessoa, Natal e Fortaleza. Houve resistência dos Conselheiros com relação à  
312 escolha das cidades, visto que não fora respeitado o critério da copa, pois algumas  
313 delas não eram cidades sede. Ficou acordado que a SGD junto com a Comissão de

314 Mobilização e Informação pudessem fazer as alterações necessárias comunicando  
315 aos Conselheiros todos e justificando por que das mudanças. Quanto a questão da  
316 pesquisa censitária com crianças em situação de rua e apresentação dos seminários  
317 regionais, informou que foi feita uma análise dessa pesquisa e observou-se a  
318 necessidade de rever alguns dados, devolveu-se solicitando a retificação desses  
319 dados e o retorno à Secretaria quando feito. Isto posto, a Conselheira Glícia Thais  
320 Salmeron de Miranda informou que haveria a formação do Grupo de Trabalho para  
321 elaboração do PL retomando a discussão da elaboração do PL pelo GT e que a  
322 sugestão da Comissão era que esse GT fosse encaminhado para a Secretaria  
323 Especial, a Secretaria Especial faria o estudo sobre o que poderia ou não constar na  
324 minuta do PL, o levantamento de todos os projetos que estavam tramitando para  
325 que o Conselho pudesse fazer uma espécie de substitutivo inserindo o que estava  
326 tramitando e as sugestões do GT e voltasse para o CONANDA para que todos  
327 pudessem contribuir. Informou sobre Seminário Toque de Recolher com os  
328 representantes do sistema de justiça e que estava previsto para agosto. Sem mais  
329 tempo para o relato da Comissão de Orçamento e Finanças foi acordado o  
330 encaminhamento do relatório da discussão e do trabalho na Comissão aos  
331 Conselheiros via e-mail. **Encerramento.** Não havendo mais tempo hábil e quórum  
332 para continuar as deliberações, a Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda encerrou a  
333 reunião.